

MP das apostas terá tributação sobre prêmios e regularização de sites de jogos

CREIBILIDADE EM JOGO



EM MEIO A ESCÂNDALO NO FUTEBOL BRASILEIRO, MEDIDA PROVISÓRIA PREVÊ TRIBUTAÇÃO DE PRÊMIOS E REGULARIZAÇÃO DAS CASAS DE JOGOS NA TENTATIVA DE COIBIR A MANIPULAÇÃO

FILIPE DUARTE
filiipe.duarte@zerohora.com.br
De Brasília

O governo federal acredita que até o fim de 2023 estará em vigor a regulamentação das casas de apostas no Brasil. Esta foi a afirmação de um dos integrantes do Ministério da Fazenda que palestrou na Cúpula da Integridade Esportiva, em Brasília, ontem, confirmando o envio do texto da Medida Provisória (MP) à Casa Civil.

— A MP precisa transcorrer o seu trâmite. Isto é, passar nos ministérios que vão assinar, para que eles façam as suas observações, para que a Casa Civil leve ao presidente da República. Ele tem a prerrogativa de assinar no momento que ele entender — explicou José Francisco Manssur, assessor especial do secretário executivo do Ministério da Fazenda.

A expectativa das autoridades presentes no evento, sediado no Tribunal Superior do Trabalho (TST), é de que a assinatura do presidente Lula seja dada, no máximo, até segunda-feira. Porém, as empresas terão um tempo para se adaptar às normas impostas.

— A MP tem efeitos imediatos, mas a partir das portarias temos que dar um prazo para os operadores apresentarem os documentos que iremos pedir — ponderou Manssur.

A MP prevê a criação de uma agência na pasta para analisar documentos para aprovação ou não do credenciamento das empresas e acompanhar o volume de apostas e a arrecadação, o que garantiria mais controle sobre esse mercado. O texto determina que apenas essas casas poderão receber as apostas relacionadas a eventos esportivos oficiais, organizados por federações, ligas e confederações.

As empresas que não forem habilitadas não poderão fazer qualquer tipo de publicidade, inclusive em meios digitais, conforme regras elaboradas em conjunto com o Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar).

— Não vamos definir a proibição de horário necessariamente, mas que tipo de propaganda pode ser veiculada em cada horário, para atingir cada público e que tipo de aviso vai existir, como existe na propaganda de bebida alcoólica. Isso vai ser regulamentado pelas portarias. Agora, a empresa que não estiver credenciada no Brasil estará cometendo uma atividade ilegal e não pode veicular propaganda e nem patrocinar camisa de entidade esportiva — explicou o assessor.

Além de coibir a ação de criminosos, o objetivo da regulação é garantir receitas pela taxa de empresas em 16% sobre o Gross Gaming Revenue (GGR), a receita obtida com todos os jogos feitos,

subtraídos os prêmios pagos aos apostadores.

Sobre o prêmio será tributado 30% de Imposto de Renda, respeitada a isenção de R\$ 2,1 mil. Esta arrecadação será destinada 0,82% para a educação básica, 1,63% aos clubes esportivos, 10% à seguridade social e 1% para o Ministério dos Esportes. Para que as casas de apostas se regularizem junto ao governo, será necessário pagar uma outorga. De maneira extraordinária, estima-se que o valor seja de R\$ 30 milhões. Esta verba será destinada ao investimento na área de tecnologia anticorrupção.

Prognósticos

Diante da investigação que tem tornado público inúmeros jogadores envolvidos em denúncias de manipulação de resultados, também foi sugerida a suspensão imediata de apostas em cartões amarelos, faltas, escanteios e pênaltis. A possibilidade foi rejeitada.

— Isso não está na MP. Acredito em tecnologia e fiscalização dos ilícitos, não em proibição. Mas, com o desenrolar dos fatos, se as coisas chegarem a um ponto da necessidade de, por algum tempo, suspender para a gente conseguir conter a crise, vai ser considerada pelos órgãos competentes. Neste momento, não parte de mim a proibição de qualquer temática relacionada a aposta de prognósticos esportivos — concluiu Manssur.

EMPRESAS DEFENDEM REGULAMENTAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR), que nasceu da união de nove grupos de casas de apostas, emitiu nota defendendo a regulamentação do setor. A associação também busca medidas para monitorar os jogos de sorte e emitir alerta sobre eventuais anomalias.

— O IBJR vê a regulamentação do setor de apostas esportivas como essencial para a segurança de apostadores, esportes e operadores, de forma que possam contribuir para o crescimento do país”, diz o comunicado. Entre as nove empresas, estão nacionais e estrangeiras: Bet365, Flutter, Entain, Bets-

son Group, Betway Group, Yolo Group, Netbet Group, KTO e Rei do Pitaco.

O instituto ressalta que tem “experiência em colaborar com órgãos reguladores e outras autoridades relevantes com o objetivo comum de garantir a integridade do esporte”. Uma parceria com a International Betting Integrity Association (IBIA) — Associação Internacional de Integridade de Apostas, em inglês — foi firmada.

Os representantes da IBIA já foram apresentados às autoridades responsáveis pelas investigações, para que possam trabalhar em conjunto.

BRASIL TEVE MAIOR NÚMERO DE ALERTAS

Em 2022, o Brasil liderou o ranking de países com o maior número de alertas para casos suspeitos de manipulação de resultados. De acordo com o relatório elaborado pela empresa Sportradar, foram 152 ações, superando Rússia (92) e República Tcheca (56). Os números foram apresentados ontem em Brasília por Paulo Schmitt, presidente do Comitê de Defesa do Jogo Limpo do Comitê Olímpico Brasileiro (COB):

— Isso que está acontecendo agora é um conjunto de omissões das autoridades do país. Agora está todo mundo correndo para oferecer denúncia, mas isso já devia estar acontecendo há muito tempo.

Para Schmitt, as principais cau-

sas para a alta incidência no país são o elevado número de partidas, salários baixos em sua grande maioria, baixo suporte em programas de integridade e mercado de apostas não regulado. Também expôs uma série de ações que poderiam diminuir as ações criminosas e endurecer regulamentos com proibições de apostas de atletas com penas rigorosas, aprimorar protocolos de monitoramento e criar plataforma nacional que a autoridades policiais, judiciárias e tribunais desportivos:

— A gente precisa dizer de uma vez por todas que é proibido o atleta apostar. Ele e todo o seu entorno. Isso não quer dizer que precisamos excluir as casas de apostas.



Manssur

GZH
Leia mais notícias sobre a Operação Penalidade Máxima em gzh.rs/OPM

QUATRO JOGADORES ADMITIRAM ENVOLVIMENTO NA MANIPULAÇÃO

Quatro jogadores admitiram envolvimento na manipulação de resultados em jogos de futebol. Os nomes são: [Nomes não legíveis devido à baixa resolução].



MAURICIO TREINA E DEVE JOGAR AMANHÃ

Mauricio Treina, jogador do Flamengo, deve jogar amanhã. Ele foi suspenso por [detalhes não legíveis].

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 24 e 25